

Pensar os *media* e o jornalismo a partir de *O quarto equívoco*

Fátima Lopes Cardoso

(Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa)

(mlcardoso@escs.ipl.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-7093-7881>

Pedro Marques Gomes

(Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa)

(pgomes@escs.ipl.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-3189-3388>

Fátima Lopes Cardoso (short bio): Doutorada em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH), mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e licenciada em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL). É professora adjunta na ESCS-IPL, onde coordena a licenciatura em Jornalismo, e investigadora do ICNOVA-Instituto de Comunicação da Nova. Publicou os livros *A fotografia documental na imprensa portuguesa: O real e o verosímil* (IPL, 2022), *Jornalistas-Escritores: A necessidade da palavra* (MinervaCoimbra, 2012) e, entre outros, *O jornalismo visual em Portugal: Contributos para uma História* (IPL, 2022), em coautoria. Além da docência e da investigação, é jornalista desde maio de 1997.

Pedro Marques Gomes (short bio): Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA-FCSH), mestre e licenciado em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social, do Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL). É professor adjunto convidado na ESCS-IPL e professor auxiliar convidado na NOVA-FCSH. É investigador do HTC – História, Territórios e Comunidades da NOVA-FCSH. Publicou, entre outros, os livros *Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975* (Alêtheia, 2014) e *A imprensa na Revolução: Os novos jornais e as lutas políticas de 1975* (Imprensa Nacional, 2021).

Pensar os *media* e o jornalismo a partir de *O quarto equívoco*

Resumo: No ano em que o livro de referência de Mário Mesquita (1950-2022), *O quarto equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea* (MinervaCoimbra, 2003), completa duas décadas de existência, este dossiê da revista *Comunicação Pública* reúne estudos que incidem sobre a transversalidade dos temas abordados na obra. Tendo como objetivos principais incentivar a continuidade da problematização e discussão pública de questões para as quais Mário Mesquita deu um contributo fundamental, este número especial revela como o seu pensamento e trabalho de investigador se mantêm atuais e continuam a abrir inúmeras hipóteses de estudo sobre os *media* e o jornalismo.

Palavras-chave: media, jornalismo, O quarto equívoco, Mário Mesquita.

Thinking about media and journalism based on *The fourth equivocation*

Abstract: In the year that Mário Mesquita's (1950-2022) book of reference, *O quarto equívoco - O poder dos media na sociedade contemporânea (The fourth equivocation – The power of the media in contemporary society)* (MinervaCoimbra, 2003), celebrates two decades, this issue of the journal *Comunicação Pública* collects studies that focus on the transversality of the themes covered in the author's work. With the main objective of encouraging the continued problematization and public discussion to which Mário Mesquita has made a fundamental contribution, this special edition reveals how his thinking and work as a researcher remain significant and continue to open countless possibilities for studying media and journalism.

Keywords: media, journalism, The fourth equivocation, Mário Mesquita.

“Estes textos indicam um tipo de jornalismo que me parece necessário praticar, neste momento, em Portugal. Impossível na Imprensa diária ou semanal, compete aos jornalistas promover a sua prática através de iniciativas autónomas e marginais.” Esta afirmação de Mário Mesquita não se encontra n’*O quarto equívoco* (livro lançado em 2003, na editora MinervaCoimbra), mas na primeira obra que publicou, há precisamente 50 anos, a que chamou provocatoriamente *Portugal sem Salazar* (Assírio & Alvim, 1973, p. 7). Em pleno Estado Novo, num momento em que as ilusões da “Primavera Marcelista” já se encontravam completamente desvanecidas, os jornalistas viam o seu trabalho limitado e espartilhado pela censura (então designada Exame Prévio). Por isso, a edição desse primeiro livro de Mário Mesquita foi um ato de resistência ao Regime. Nesta obra, surge uma entrevista que Mesquita realizou ao historiador Manuel de Lucena (à época investigador do *Centre National de la Recherche Scientifique*, em Paris) e uma mesa-redonda na qual participaram quatro opositoristas exilados em Genebra (António Barreto, José Medeiros Ferreira, Eurico de Figueiredo e Valentim Alexandre), que, destinada a sair no jornal *República*, foi cortada pelos censores.

Portugal sem Salazar significou também a afirmação de um tipo de jornalismo alternativo. Confrontado com a interdição de publicar os textos em jornal, Mário Mesquita procurou uma editora que desse à estampa o livro e, através dessas páginas, revelasse um testemunho tão lúcido quanto corajoso sobre Portugal no final da ditadura. Escrevia então Mesquita (1973, p. 5): “Salazar continua vivo, presente no nosso quotidiano, na vida política portuguesa”. Não é, por isso, de estranhar que o livro tenha tido ordem de apreensão e o seu autor sido interrogado pela polícia política, primeiro nas instalações da António Maria Cardoso, em Lisboa, e depois na prisão de Caxias.

Este livro revela-nos a ousadia do autor e o seu lado provocador e crítico, através das perguntas formuladas, dos temas abordados e das respostas que obteve e divulgou. A obra reflete o pensamento crítico, exigente e questionador de que, aliás, Mesquita nunca abdicou. Embora num contexto político-social radicalmente diverso e tendo propósitos bem distintos, esse posicionamento está também patente em *O quarto equívoco*, publicado 30 anos depois, em 2023. São livros muito diversos, mas une-os, além do referido, o desejo do autor de compreender o mundo através do jornalismo. No primeiro caso, através de entrevistas; no segundo, pela reflexão e problematização das práticas, das teorias e dos discursos jornalísticos.

Depois de um período de intensa atividade jornalística após o derrube da ditadura – sobretudo como diretor do *Diário de Notícias* e do *Diário de Lisboa* – e de uma não

menos intensa ação política, enquanto membro do Partido Socialista e deputado às Assembleias Constituinte e da República, Mário Mesquita dedicou-se à reflexão e investigação académica sobre os *media* e o jornalismo. Entre 1991 e 2001, desenvolveu trabalhos de investigação sobre temáticas tão diversas como o «poder» do jornalismo ou o jornalismo como contrapoder, as representações mediáticas, a personagem jornalística, o jornalismo cívico, a objetividade, a deontologia e a responsabilidade social do jornalista, os acontecimentos cerimoniais, entre muitas outras. Apresentados em colóquios, conferências ou publicados em revistas e atas de congressos, estes 27 estudos foram reunidos em livro pelo autor, que lhes conferiu um fio condutor coerente. Chamou-lhe *O quarto equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea*.

Na introdução, Mesquita (2003, p. 21) explica que, longe de “encarar os poderes mediáticos e jornalísticos como progressivos avanços para uma idílica sociedade da comunicação”, o livro propõe “uma perspectiva crítica, mas não «apocalíptica», das práticas e dos discursos do jornalismo contemporâneo”. Quanto aos “equívocos”, discutidos criticamente na obra, estes remetem para dois aspetos essenciais do designado “quarto poder”: a sua definição e a sua legitimidade. O livro procura respostas para uma certa ambiguidade do jornalismo e, talvez por isso mesmo, Helena Sousa considerou que esta obra, “mais do que uma tese singular sobre o jornalismo contemporâneo, revela o exercício da profissão e dos seus poderes (e impotências) à luz de inúmeros equívocos e antagonismos” (Sousa, 2005, p. 257).

Estruturado em cinco partes – Atualidades, Poderes, Perspetivas, Deontologias e Cerimoniais –, *O quarto equívoco* é o resultado de um percurso de estudo e reflexão sobre os *media* e o jornalismo ou, como escreveram dois dos mestres do autor, Elihu Katz e Daniel Dayan (2021, p. 643), da «rica experiência adquirida nas suas três vidas, como académico, como jornalista e como ator político». Trata-se de uma obra que continua a inspirar académicos e profissionais da comunicação, demonstrando ser tão atual e importante como antes.

Há mais de duas décadas, as redações portuguesas davam os primeiros passos na divulgação de notícias através dos meios eletrónicos, investindo na rapidez. As jovens estações de televisão privadas apostavam no direto e o jornalismo, muito por força do pequeno ecrã, conquistava um poder de influência cada vez mais ambivalente. Por um lado, apresentava-se como um aliado da verdade, que queria combater o poder. Por outro, transformava-se no eco das instituições republicanas em crise e manifestava subserviência em relação às figuras do poder e das suas instituições.

O jornalismo, que tem como obrigação transmitir a verdade dos factos e assegurar o distanciamento de qualquer tipo de poderes, seja o legislativo, o executivo ou o judicial, acabava, também, refém dos ditames comerciais e do lucro. “O quarto poder” caricaturado por Orson Welles deixava-se render ao critério de mercado. E esta é apenas uma das muitas facetas do jornalismo como “quarto equívoco” que mereceram a análise de Mário Mesquita (2003, p. 17): “O poder mediático dissemina informação e institui-se em tribuna de debate, o que deveria incentivar o exercício da cidadania, mas, ao mesmo tempo, agrava a crise, na medida em que facilita a «desintermediação» das instituições representativas, acentua a personalização no exercício dos cargos públicos e, por via da espetacularização da notícia, contribui para desenvolver uma atitude de desconfiança cívica”.

Passaram 20 anos sobre a primeira edição de *O quarto equívoco* e as questões críticas identificadas pela figura ímpar do estudo do jornalismo, que este dossiê da revista *Comunicação Pública* homenageia, parecem ter-se agudizado, após anos de cortes nos *media* justificados pela crise económica de 2008, com consequências dramáticas para o exercício do jornalismo, pela inesperada pandemia de COVID-19 e pela subsequente conjuntura financeira catastrófica, que foi agravada pelas guerras entre a Rússia e a Ucrânia, bem como no Médio Oriente. No entanto, só o conhecimento e o estudo permitem confirmar ou refutar a visão negativa que, muitas vezes, se anuncia. Mesquita (2003, p. 255) escreveu, a este propósito: “Não me peçam para explicar, em conclusão, que o jornalismo actual está de «melhor» saúde do que há dez ou vinte anos. É provável que assim seja, se isolarmos alguns jornais e seleccionarmos alguns programas de televisão e de rádio, abstraindo do contexto”.

Se em Mário Mesquita a análise servia para diagnosticar problemas, levantar hipóteses de estudo e, de alguma forma, apontar caminhos para garantir que os *media* continuariam a assegurar o pluralismo na informação, este dossiê especial pretende perpetuar essa necessidade crítica que resulta da investigação científica na área do jornalismo e contribuir para perceber que caminhos tem seguido, nos últimos tempos, esta tão nobre “profissão do simbólico”. Porque, como observou Tony Judt (2011, p. 219), de quem Mário Mesquita era apreciador, “como cidadãos de uma sociedade livre, temos o dever de olhar o mundo criticamente”.

Este dossiê conta com seis artigos, escritos por investigadores de várias instituições e com formações diversas – ciências da comunicação, história, ciência política –, que, partindo de problemáticas levantadas n’*O quarto equívoco*, de ideias e

conceitos trabalhados por Mário Mesquita, procuram desenvolvê-los, aplicando-os a outros temas e objetos de estudo, confrontando novos autores e utilizando novas metodologias. A estes artigos, junta-se um texto de Isabel Lucas, uma das mais reconhecidas jornalistas portuguesas na área da cultura, em particular, da literatura e dos livros, território de inspiração constante para Mário Mesquita. “O eterno jornalista” é uma crónica pessoal que revela como o homem das quatro vidas – jornalista, político, professor e investigador – a influenciou a seguir a profissão e como a instigou a manter a curiosidade sobre o mundo que a rodeia, característica, aliás, que a própria autora identifica como sendo inerente ao autor de *O quarto equívoco*.

A contribuir para o conhecimento de fenómenos recentes e profundamente transformadores das dinâmicas sociais, nas quais o jornalismo e os jornalistas exercem um papel preponderante, o primeiro artigo, “Construção de um herói em tempo de COVID-19: representação do coordenador da *Task Force* para a vacinação na RTP”, da autoria de Ana Teresa Peixinho e Clara Almeida Santos, recupera as teorias de personagem jornalística e da construção narrativa das notícias, sobre as quais discorreram vários autores (Mesquita, 2003; Lits, 2008; Reis, 2015; 2018; Peixinho, 2021), para analisar como foi construída a imagem pública do vice-almirante Gouveia e Melo, nos noticiários de horário nobre da RTP, entre 3 de fevereiro e 27 de setembro de 2021.

A ideia de que “os jornalistas projetam a sua subjectividade ao entrevistarem figuras políticas, literárias ou de espetáculos” (Mesquita, 2003, p. 123), presente em “A personagem jornalística da narratologia”, de *O quarto equívoco*, é confirmada por esta análise, que identifica a tendência para a construção simbólica da personagem jornalística do vice-almirante como “arquetípico de um herói”, figura conciliadora e assertiva que foi determinante, segundo o estudo, para a confiança no processo de vacinação. A investigação evidencia a fragilidade do paradigma da objetividade e como o jornalista tem dificuldade em se distanciar da personalidade representada, temas que *O quarto equívoco* contribui, como poucas obras, para compreender.

De um estudo da realidade recente sobre a representatividade mediática de um ator social, o dossiê prossegue com “Campanhas eleitorais *online*: poder ou equívoco”. O artigo é mais um contributo da investigadora Sara Pina para a compreensão do conceito de comunicação política, agora em contexto digital, mas cujas tendências foram delineadas antes por diversos autores, com destaque para Mário Mesquita (2003, p. 89).

Da análise desenvolvida, compreende-se que os efeitos da cobertura mediática das eleições junto do eleitorado têm vindo a mudar consideravelmente.

Ao contrário do que acontecia antes da massificação da televisão enquanto meio primordial de acesso à informação, em que autores como Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944) e Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960) demonstraram que os *media* tinham pouco poder de influência nos atos eleitorais, estudos mais recentes mostraram que existe uma parcela do eleitorado suscetível de ser convencida e sobre a qual os *media*, sobretudo a televisão, exercem um poder de influência fundamental. De igual modo, Blumler e Gurevitch (1995) confirmaram que a representação jornalística dos atores políticos tende a interferir nas tendências de voto.

Neste artigo, a autora revela que uma das principais tendências da cobertura noticiosa dos atos eleitorais na pós-modernidade é “a permanência em campanha, a necessidade de sondagens regulares junto dos cidadãos e o recurso a mais especialistas num contexto *sine qua non* de uma estrutura com diretivas nacionais, mas operações mais descentralizadas”. O advento da internet e das redes sociais, na viragem do milénio, tem, assim, provocado mudanças significativas na comunicação política. Como escreve a autora: “Tem sido crescente o uso da Web 2.0, dir-se-á os *media* sociais. Em maio de 2023, a Forbes¹ noticiava que quase cinco mil milhões de pessoas usam as redes sociais, com o Facebook a dominar, com quase três milhões de utilizadores mensais, logo seguido do Youtube e da mais recém-chegada rede social, TikTok, com um milhão.”

O recurso do eleitorado à informação nas redes sociais apela à necessidade de os atores políticos adotarem estratégias individualizadas e diretas de comunicação, no sentido de conseguirem exercer influência sobre este eleitorado cada vez mais fragmentado. “As páginas de internet e os *emails* passaram a fazer parte dos instrumentos essenciais usados pelos candidatos para chegar junto do seu eleitorado e captar votos.” Estas estratégias têm sido apresentadas para justificar, por exemplo, a eleição de Donald Trump a Presidente dos EUA. É preciso, por isso, não descurar o “quarto poder” dos *media* ou, como argumentaria Mesquita, o “quarto equívoco”.

Fascinado pelo cinema e pela influência que este exerce sobre o crescimento individual de cada ser humano, Mário Mesquita (2003, p. 161) não poderia deixar de

¹ Consultado em Forbes Advisor (<https://www.forbes.com/advisor/business/social-media-statistics/>), em 5 de outubro de 2023.

refletir sobre a relação entre a sétima arte e o jornalismo, em “O droit de regard do cinema sobre os *media*”. Nestas páginas, o autor discorre sobre a linguagem do cinema e explora a construção simbólica do jornalismo que emerge nas obras-primas *Fury* (1936), *Citizen Kane* (1941) e *Zelig* (1983), com realização de Fritz Lang, Orson Welles e Woody Allen, respetivamente – três mestres da diegese cinematográfica. Mesquita lembra que “a construção que o cinema deixa de certas figuras ou histórias dos bastidores do jornalismo é de tal forma real que, por vezes, já não conseguimos distinguir a ficção da verdade” (2003, p. 161).

O cinema precisa do rigor científico para ser compreendido, mas também do fascínio que exerce. A cinefilia que levou Mesquita a escrever sobre as representações que as três obras da sétima arte referidas acima realizam do jornalismo, também move Jaime Lourenço a analisar a linguagem de obras que têm o jornalismo ou as histórias do jornalismo como pano de fundo. No artigo “Jornalismo no cinema: representações do jornalismo em Hollywood (2010-2022)”, o investigador escolhe seis narrativas do cinema contemporâneo – *Nightcrawler – Repórter na Noite* (2014), *O caso Spotlight* (2015), *Verdade* (2015), *Operação Shock and Awe* (2017), *The Post* (2017) e *Ela disse* (2022), confirmando que este continua, como Mesquita escreveu, “um reservatório inesgotável de mitologias românticas (positivas ou negativas) sobre os *media*, a imprensa e a profissão de jornalista” (2003, p. 161). A tendência para a construção de uma imagem romantizada do jornalista e do jornalismo não desapareceu. Pelo contrário, nos filmes analisados, identifica-se, escreve Lourenço, “que tem predominado uma visão heroica e virtuosa do jornalismo no cinema de Hollywood na última década, contribuindo para a construção da mitologia heroica do jornalismo”.

Das representações do jornalismo que o cinema realiza, o dossiê prossegue com estudos sobre a cobertura mediática de momentos determinantes da história contemporânea, com as especificidades de cada acontecimento. Em “A imprensa italiana e o PCP durante a Revolução portuguesa (1974-75)”, é analisada a forma como os diários *Corriere della Sera* e *La Stampa* interpretaram o papel do Partido Comunista Português (PCP) durante o Processo Revolucionário Em Curso (PREC), altura em que Portugal captou a atenção do jornalismo internacional. O estudo de Marco Gomes vai ao encontro da tese com que Mário Mesquita se debateu: o jornalismo é uma construção da realidade, não obstante a necessidade de ser objetivo. “...A cobertura jornalística da Revolução de

Abril revela e enfatiza a componente construcionista intrinsecamente associada ao jornalismo.”

Da cobertura do PREC pela imprensa de referência italiana, pode depois encontrar-se o estudo de Maria Leonor Bicudo “Semiótica social na construção da realidade mediática: análise da representação dos açorianos”. A análise multimodal concentra-se nas representações simbólicas sobre os açorianos identificadas numa reportagem da RTP, estação de serviço público nacional, sobre a crise sismovulcânica que assolou São Jorge a partir de março de 2022 e que levou muitos açorianos a abandonarem a ilha. Recorrendo à transversalidade temática de Mesquita, como “as representações do jornalismo, os acontecimentos mediáticos, os critérios de seleção na era da instantaneidade e na subjetividade com que se constrói e interpreta a cobertura da reportagem à luz da semiótica social”, a análise corrobora, mais uma vez, a evidência de que os Açores são notícia sempre que existe uma tragédia, com o impulso dos valores-notícias de negatividade e magnitude, tal como aconteceu, por exemplo, com o terramoto na ilha Terceira, em 2003. Entre outras considerações que advêm da construção semiológica social, a análise revela, neste acontecimento particular da crise sismovulcânica, que a “população açoriana é representada ora como resiliente e corajosa...ora como imprudente”, mas que existe uma preocupação em dar voz à diversidade de habitantes e entidades regionais.

A encerrar o dossiê especial de celebração dos 20 anos da obra *O quarto equívoco*, o artigo “A visita presidencial a Moçambique (1964): um acontecimento mediático na rádio do Estado Novo” concentra-se na visita presidencial de Américo Tomás a Moçambique enquanto acontecimento mediático (*media event*), temáticas exploradas por Dayan e Katz, de que, como lembra a autora, Mário Mesquita foi o principal divulgador em Portugal. Recorrendo à análise qualitativa dos sons de arquivo, que permitem estudar a cobertura jornalística do acontecimento pela Emissora Nacional (EN) e pelo Rádio Clube Português (RCP), fica demonstrado que a estação oficial e a principal emissora privada do país construíram narrativas jornalísticas moldadas ao “ideário político do regime”. “A publicitação de uma ordem política e ideológica que se queria inabalável deixa de fora o clima de luta e revolta que se vive no terreno. Latentes, mas escondidos, os problemas vividos em Moçambique não cabem na informação que a rádio produz. Não porque os média não queiram contar uma outra história para além da oficial, mas porque a censura não o permite.”

Apresentados os artigos, cumpre-nos agradecer aos autores dos textos que integram este dossiê, a todos os avaliadores dos artigos, assim como a Margarida Carvalho e a Patrícia Lobo, coordenadoras editoriais da *Comunicação Pública*, pelo acompanhamento fundamental nas várias etapas deste processo.

Numa altura em que o jornalismo enfrenta novos e renovados desafios, este dossiê procura contribuir para pensar o exercício profissional e as suas narrativas. Não existe melhor forma de prestar homenagem a Mário Mesquita do que regressar ao seu pensamento, 20 anos após a primeira edição de *O quarto equívoco*, perpetuando o seu legado. A este tributo, juntamos o nome de Anabela de Sousa Lopes, que desde o início esteve associada ao projeto. A sua morte inesperada impediu-a de o terminar. A concretização deste número especial é, assim, uma homenagem que prestamos a quem também muito contribuiu para o conhecimento sobre os *media* e o jornalismo.

REFERÊNCIAS

- Blumler J.G. & Gurevitch M. (1995). *The crisis of public communication*. Routledge.
- Campbell, A., Converse, P. E., Miller, W.E. & Stokes, D.E. (1960). *The American voter*. Wiley.
- Judt, T. (2011). *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Edições 70.
- Katz, E. & Dayan, D. (2021). Revisiting media events: a preface. In C. Rilley et al. (Coord.), *A liberdade por princípio: Estudos e testemunhos em homenagem a Mário Mesquita*. Tinta-da-china.
- Lazarsfeld, P.F., Berelson, B. & Gaudet, H. (1944). *The People's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. Columbia University Press.
- Lits, M. (2008). Les composants essentiels du récti. In *Du récit au récit médiatique* (pp. 113-184). DeBroeck.
- Mesquita, M. (1973). *Portugal sem Salazar*. Assírio & Alvim.
- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. MinervaCoimbra.
- Peixinho, A. T. (2021). As figuras das notícias: pessoas ou personagens. In C. G. Riley et al. (Coords.). *A Liberdade por Princípio. Estudos e Testemunhos em Homenagem a Mário Mesquita* (pp. 193-204). Tinta da China.
- Reis, C. (2015). *Pessoas de Livro: estudos sobre personagem*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sousa, H. (2005). Recensão crítica a *O quarto equívoco*. *Comunicação e Sociedade*, 7, 255-258.